

“EU GOSTO MAIS DE ROÇA DO QUE CIDADE”: Leituras desses espaços pelos trabalhadores rurais “ARRENDEIROS”.

Viviane Andrade de Assis¹

Resumo: Este artigo discute as relações campo e cidade segundo as leituras dos trabalhadores rurais “*arrendeiros*”. O uso e a significação dos espaços constituem-se e se reelaboram a partir das vivências, identidades, práticas de trabalho e vínculos estabelecidos por estes sujeitos evidenciados nas suas narrativas. Desse modo, nos interessa analisar a visão que eles têm e as arguições que utilizaram para explicar determinadas preferências por um espaço em recusa do outro. Como também notar que existem interferências contínuas na relação campo-cidade empreendidas por esses sujeitos, modificando gestos, perspectivas e rotinas diárias de ambas as partes. Ademais, será dada ênfase sobre o lugar em que esses homens e mulheres moram, Fazenda Engenho do Sururu. Tendo em vista que a permissão para morar consistia no contrato firmado oralmente entre quem possuía a terra e quem iria trabalhar nela.

Palavras-chave: campo-cidade; trabalhadores e arrendamento rural.

Introdução

Múltiplos significados perpassam as noções e representações dos espaços sociais campo-cidade, comumente pensados como realidades antagônicas entre si e homogêneas em suas características.² Esse afastamento não permite perceber as relações sociais dinâmicas que acontecem e se manifestam nas práticas de trabalho, modos de vida, sociabilidades e vínculos construídos pelos sujeitos nesses espaços vividos.

Desse modo, a reflexão aqui proposta pretende abordar questões referentes às relações campo e cidade a partir das ideias que os trabalhadores rurais têm sobre a mesma, evidenciadas nas suas vivências narradas nos depoimentos. Cabe mencionar que estes sujeitos criam e dão sentido às imagens tanto da realidade rural quanto urbana, tomando como parâmetro o lugar onde se vive: o espaço rural e, nesse caso, tendo como prática de trabalho o arrendamento.

Identities construídas

Os trabalhadores vivem na Fazenda Engenho Sururu, também conhecida como Fazenda Sururu de Queiroz, que faz parte da Serra da Jiboia, reserva da Mata Atlântica localizada na parte sul do Recôncavo baiano. Esses trabalhadores são “*arrendeiros*”³, ou seja, fazem parte

de um sistema de arrendamento rural, condição estabelecida através do acordo oral entre arrendador (proprietário da fazenda) e arrendatário (trabalhador).

O arrendador concedia o acesso à terra para plantação de lavoura de subsistência, criação de animais de pequeno porte e a permissão para a família construir e morar tão somente em casa de taipa. Em contrapartida, o arrendatário retribuía com o trabalho nas terras do proprietário (sede da fazenda) no desenvolvimento de atividades agrícolas, nas segundas e terças-feiras de cada semana, ou pagavam anualmente no mês de janeiro uma determinada quantia em dinheiro, configurando assim o pagamento da renda.

Tal diferenciação no pagamento da renda está intrinsecamente ligada à composição familiar. Na maioria das famílias em que o homem era o chefe da casa, o pagamento da renda ocorria semanalmente através da realização de diversos trabalhos na sede da fazenda. Já as famílias chefiadas por mulheres (mães solteiras e/ou viúvas) efetivavam o pagamento anual a dinheiro, bem como eram requisitadas para algumas atividades eventuais na sede da fazenda. Além disso, havia homens que pela idade avançada já não conseguiam pagar renda com o trabalho e, por isso, também pagavam a dinheiro.

Antes de enveredar nas vivências dos “*arrendeiros*” é preciso dizer que esse espaço rural foi disputado: Primeiro, o distrito Sururu pertencia ao município de Afonso Pena, atual Conceição do Almeida; posteriormente, em razão da Lei estadual número 1.816, de 31 de julho de 1925, o município de Castro Alves adquiriu o distrito.⁴ Contudo, em 13 de junho de 1989, conforme a Lei Estadual nº 5.002, Varzedo, até então vila pertencente ao município de Santo Antônio de Jesus, elevou-se à categoria de cidade e a localidade do Sururu passou a pertencê-la.

Desse modo, cabe perguntar: O que diferencia uma vila de uma cidade? O professor José Elias da Veiga no artigo “Nem tudo é urbano” chama a atenção para essa questão, dando enfoque no Decreto-Lei 311 que surgiu em 1938 e transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais, e continua em vigor. Por conta disso, nas décadas de 60 e 80 houve um índice considerável de emancipações.⁵

Nesse contexto, estabeleceram as tentativas de emancipação do distrito de Varzedo, que em 1962 já esteve na lista dos distritos baianos a serem promovidos a municípios, porém, por interesse de alguns políticos locais, fora retirado.⁶ Apenas em 1985 foi aprovada na Assembleia Legislativa uma lei para a autonomia, isto é, criação de novas cidades na Bahia. A partir disso, monsenhor Gilberto Vaz Sampaio⁷ contactou com o seu conterrâneo da cidade de

Amargosa, o deputado Coriolano Sales, participante da Comissão de Divisão Territorial, no intuito da “vila virar cidade”. As exigências para o projeto de emancipação eram: cem assinaturas num abaixo-assinado, população de pelo menos dez mil habitantes, o mínimo de mil eleitores e um número de duzentos prédios na futura sede.⁸ Todavia havia um impasse em relação à quantidade de habitantes. Então, o pároco teve a ideia de incluir o distrito do Tabuleiro do Castro, parcela do município vizinho, Castro Alves. Assim, a proposta do novo município estava criada.

Dona Dalva nos conta em entrevista sobre esse processo que antecedeu à emancipação de Varzedo. Aponta para características que considera elementares para um determinado território “ser ou não cidade”, a sua relação com Castro Alves e a necessidade da feira livre e da cobrança de impostos para o desenvolvimento de uma cidade.

Ah e grande! [referência à relação que tem com a cidade de Castro Alves] Aliás, até hoje porque a pessoa faz mais feira em Casto Alves, vai no médico mais em Casto Alves, porque Varzedo é mais difícil sabe. Varzedo não tem médico igual a Castro Alves. Castro Alves tem hospital, tem maternidade, tem posto e não é um só agora. Quem vai comparar Castro Alves com Varzedo do modo como tá, não compara nunca, diga que os tempos que eu não comparo. Só que a cidade maior do que Castro Alves é Santo Antoin. Mas se desce um doente pra morrer tem que levar pra Santo Antoin, que adianta, ma vai caçar o que fazer. Nós votava tudo, nós tava preparado, mais não chegou [em Boa Vista], só chegou até na Fortaleza. Nós votava a favor de Castro Alves é. Toda vida quande nasci no municípe de Castro Alves, todo mundo já fala aí que a gente nasceu no município de Castro Alves e tá se servindo mais com Castro Alves do que Varzedo. Porque Varzedo minha fia, já teve muntio prefeito, começa de Nonô,⁹ né? Mais não tá indo assim como, não tá indo porque *a cidade é pequena, é um arraiá*, ali num vai, nem com reza ... (risos), vai não. Eu quero ver ali ter hospital, porque num tem como, não tem onde recadar imposto pra puder o prefeito recadar, sem imposto, só tem as casas de negócio, *não tem feira, num tem e nem vai ter*. Porque num tempo de Manoel de Avelino,¹⁰ tentou mais num conseguiu. Cumpade Naro na doidice chegou aqui juntou um bucado de cacho de banana se mandou, chegou lá secou no sol, queimou (risos) as bananas, aí num vai. Varzedo é, já é mata, é lugar que tem tudo quanto é coisa, tem tudo quanto é verdura, tudo quanto é fruta, ninguém vai querer. Castro Alves é... é quase beira campo, é quase caatinga é caatinga já, é. Então não tem muita coisa de fruta assim. Então vende mais coisa e é maior a cidade, *Varzedo não vai não, mais não vai não*.¹¹

O historiador Philippe Joutard¹² acredita que a memória põe o passado no presente e apresenta pontos de vista sobre o que poderá ocorrer no futuro. Nesse mesmo sentido, Dona Dalva rememora o tempo vivido em diferentes tempos verbais quando faz diversas alusões ao comparar os municípios de Varzedo, Santo Antônio de Jesus e Castro Alves, demonstrando que se identifica mais com Castro Alves, pois morava na Fazenda Boa Vista, que pertence a

esse município e só passou a morar na Fazenda Engenho Sururu após a união com seu Moisés a quinze anos. Interessante pensar estas mudanças ditadas por leis para demarcar limites territoriais, uma vez que não são apreendidas no cotidiano das pessoas, ao ponto de interferir de forma determinante nos vínculos antes estabelecidos.

Assim, quando Dona Dalva relata “*nós tava preparado*” refere-se à votação do plebiscito que aconteceu em 08 de janeiro de 1989, mais conhecida pela votação do “sim” e do “não”.¹³ O voto popular decidiu pelo “sim”, pela emancipação, depois de quatro anos de mobilizações da Comissão Pró-emancipação, recolhimento de assinaturas e participação de grupos católicos sob a influência do monsenhor Gilberto, cuja atuação foi decisiva na articulação do processo de emancipação.¹⁴

“*A cidade é pequena, é um arraial...*”. Quais são as representações de cidade para Dona Dalva? Quais critérios distinguem uma cidade de um arraial? Na narrativa feita por ela é perceptível que para determinado espaço ser cidade o mesmo precisa oferecer aos seus munícipes estrutura básica, de modo especial nos serviços de assistência à saúde, bem como a necessidade de arrecadação de impostos para viabilizar o crescimento da mesma. Aponta ainda, que em Varzedo só existe “*casas de negócio*” e não tem uma feira livre, impossibilitando o trabalhador do campo levar seus produtos para comercializá-los na cidade. Portanto, Dona Dalva não concebe uma cidade sem uma feira livre. Ela é categórica ao afirmar que: “*não tem feira, num tem e nem vai ter*”. Exemplificando, “*a doidice*” de seu Apolinário (Naro) por ter levado produtos para vender em uma das tentativas de implantação da feira livre em Varzedo.

Dona Dalva atribui o não êxito da feira livre a uma questão geográfica, devido Varzedo pertencer à zona da mata e o município de Castro Alves estar mais próximo da caatinga. A consequência disso, segundo a depoente, é o acesso facilitado aos produtos que os moradores de Varzedo têm, sugerindo então plantações agrícolas no espaço tido da cidade, possivelmente nos quintais, ou ao fato dos moradores terem propriedades na área rural.

Em suma, a depoente diz: “*Varzedo não vai não, mais não vai não*”. Nota-se, uma afirmação quase profética sobre o futuro do recente município. Para Dona Dalva, Varzedo não tem chances de crescimento por não apresentar requisitos fundamentais nos aspectos econômicos e sociais que constituem uma cidade.

Os questionamentos realizados por Dona Dalva expressam uma leitura da realidade social na qual está inserida. Durante toda entrevista, ela manifesta representações sobre o espaço urbano, ao mesmo tempo em que compara as cidades e estabelece as diferenças. Cabe

mencionar aqui que o ideário da emancipação política do distrito pertencente a Santo Antônio de Jesus era conquistar autonomia administrativa. Segundo monsenhor Gilberto, as administrações municipais de Santo Antônio de Jesus pareciam ignorar a existência do distrito, dando-lhes atenção às vésperas do pleito eleitoral.¹⁵

Assim como Dona Dalva, Dona Estelita articula em sequência seus argumentos acerca dos motivos que levaram à mudança do distrito do Tabuleiro do Castro, que incluía a localidade do Sururu, pertencer a Varzedo; as expectativas da mudança; a relação com o antigo município e a importância da feira livre.

Antigamente era Castro Alves, mas depois que mudou o município pra Varzedo. Lembro, foi o tempo de Nonô, sim e não. *A gente votou tudo sim*, mais porque o povo tava dizendo que o município de Varzedo tava pequeno e Castro Alves tava grande, aí o caso foi esse. O município de Castro Alves vinha até no Braga. Aí juntaram tudo disse que não, pra parti pra Varzedo que tava demais, muntio grande. Mudava pra Varzedo a fazer cidade pra ver se miorava mais Varzedo, quer dizer miorou mais pouco né. *Pensava que Varzedo, é pra Varzedo ser melhor pra nós né*, porque o município passou pra Varzedo. Então quer dizer que todo mundo dizia que Varzedo ia miorar. Nonô... mais Deus levou, o povo quer dizer levou poucos tempos que... Inté que hoje dia tá melhor né, não tá ruim não. Que a gente saindo aqui também chegando em Varzedo, eu sei que sou consurtada. Eu tenho até cartão de Varzedo também, não vou falar mal né, mas a questão é que a gente qualquer coisa aqui vai pra Castro Alves. É melhor pra achar carro e pra Varzedo é mais difícil. Eu achei que melhorou, não miorou mais sabe porque, porque não continuou a feira. A nossa feira é sempre em Castro Alves, né não? Se a feira fosse sempre que nem Castro Alves em Varzedo, tivesse feira certo pra gente era... A gente vender, comprar e vim pra casa né e tinha carro também. Continuou, continuou depois não conseguiu. Eu mermo não pra vender nada lá não, *eu já fui na feira passear*. Eu fui, fui uma vez passear conhecer a feira, mais vender falar a verdade, não levei nada não, porque o povo. Nós cá já tem os fregueses pra comprar, chega na feira coloca na pedra lá de repente vem o freguês, vende de repente, bom. In Varzedo se não é a feira de Santo Antoin, em *Varzedo podia até ter uma feirão*, mais o povo corre tudo pra Santo Antoin né? Aí pronto não conseguiu a feira de Varzedo por isso.¹⁶

Diferente do testemunho de Dona Dalva, Dona Estelita demonstra seu interesse e decisão em votar pela emancipação de Varzedo, por acreditar que o então distrito passaria a ter mais recursos e, conseqüentemente, interferiria na localidade recém-incorporada. A depoente ainda admite algumas melhorias, porém prefere utilizar os serviços oferecidos por Castro Alves, devido a possibilidade de transportes. Vale ressaltar que a localidade do Sururu já faz divisa territorial com Castro Alves, facilitando as relações de proximidade com o antigo município. Por pertencer, contudo, a uma área de divisa, acaba sendo negligenciada pelas

administrações públicas, “frustrando” as expectativas daqueles que votaram pela autonomia de Varzedo.

Dona Estelita acredita que “*Varzedo podia até ter uma feirão*”. Todavia os varzedenses preferem realizar suas compras em Santo Antônio de Jesus, o que desse modo inviabiliza a feira livre na sua cidade. Outro aspecto anunciado pela depoente é sobre seu passeio na feira livre em Varzedo e sua resignificação do espaço, pois não foi na condição de trabalhadora, mas sim a lazer. Sugere ainda a noção de costume atrelada aos sujeitos e não na aspiração do poder municipal de criar uma feira aos sábados, justamente no dia da feira de Castro Alves e de Santo Antônio de Jesus, já instituído pelo costume. E. P. Thompson auxilia nesse entendimento quando conceitua o costume como usos habituais que, em certas circunstâncias, são codificadas e pode ter força de lei.¹⁷

Nessa perspectiva, a importância da feira livre em Castro Alves aos sábados na vida dos trabalhadores “*arrendeiros*”, deve-se ao fato de já ter muitos fregueses, em decorrência do tempo, para vender o que fora reservado da colheita, plantado nas terras arrendadas e comprar outros produtos para o consumo familiar, a partir do ganho que obteve. Constitui, o mesmo que ter rentabilidade pelo trabalho, haja vista que o pagamento da renda na fazenda não era remunerado. É claro, que os trabalhadores buscavam acrescentar seu ganho no “trabalho a dia” nas fazendas próximas, exceto nos dias de segundas e terças-feiras.

“Eu gosto da roça. Eu na cidade se tivesse morando já tinha morrido”.

Os “*arrendeiros*” da Fazenda Engenho Sururu moram em casas de taipa, pois era vetada a construção da casa de alvenaria pelo proprietário das terras, Humberto Guedes de Araújo.¹⁸ As casas são pequenas, com paredes levantadas com varas e preenchidas de barro, cobertas com palhas de pindoba, o interior da casa possui pouca divisão e o chão é batido em barro. De acordo com o relato de Seu Severino¹⁹, mora aproximadamente trinta e oito famílias na Fazenda Engenho Sururu, compondo duas categorias de moradores: os que contam terem nascido na fazenda, inclusive faz menção aos seus avós e pais que também nasceram ali; e outros que migraram de fazendas da região em busca de acesso a terra e moradia, tanto uns como os outros condicionados ao pagamento da renda. Nas terras arrendadas não existem cercas e/ou arames farpados para delimitar o espaço. Dona Estelita aponta para as divisas da terra dela e da mãe entre os vizinhos dizendo: “Sobe ali até a mata, aqui é da gente, ali do cajueiro pra baixo é de seu Martim”.²⁰

Ao longo do tempo na fazenda, essas famílias “*arrendeiras*” compartilharam experiências semelhantes no mundo do trabalho e na vida. Dessa forma, estabeleceram laços de solidariedade com os vizinhos, criaram outros vínculos como o de compadrio e fortaleceram a união entre parentes. Por isso, essas vivências coletivas constituem uma identidade de trabalhadores que, apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano, têm orgulho de viver numa comunidade rural. Dona Margarida garante: “Os vizinhos graças a Deus tudo é unido, nenhum bole com o outro, todo mundo na sua casinha, cuidando dos fazerzim [afazeres], e aí ninguém anda brigando”.²¹ Assim, ao narrar suas experiências vividas, essa união da comunidade é recorrente nas falas, como demonstra também Dona Helena: “É tudo bem graça a Deus, é tudo junto, na hora da doença tá todo mundo na campanha”.²² Nesse sentido, Charles Santana, ao estudar o Recôncavo baiano, menciona essa solidariedade presente no campo entre famílias trabalhadoras que se juntam para superar as dificuldades estabelecidas.²³

Todavia essa reciprocidade não acontece tão somente na hora da necessidade, mas também em outros momentos, por exemplo, na alegria de estar entre amigos, como se pode exemplificar nesse diálogo entre Dona Helena e Dona Margarida sobre o São João:

Helena:²⁴ Ah vem, todo mundo vem em suas casa. Bom, né não Margô?

Margarida:²⁵ É, é uma alegria. Todo mundo passeia.

Helena: Aquilo é uma baderna medonha, graças a Deus é uma alegria nesse canto de serra. O importante é só é isso.

As “*arrendeiras*” relatam juntas sobre a alegria no “canto da serra” quando os vizinhos se reúnem na visitação das casas formando uma “baderna medonha”. Essa expressão é aqui utilizada por Dona Helena no intuito de explicar a proporção da brincadeira entre famílias que têm suas vidas ditadas pelo ritmo do trabalho e encontram momentos como esse narrado para se divertirem.

Além das afinidades entre os “*arrendeiros*”, existem identidades com o lugar em que mora denominado como “recanto da gente”²⁶ e também com o espaço rural, chamado de roça. No depoimento de Seu Severino essas questões aparecem:

Acho muntio bom e todo mundo acha que tombém diz. É um lugar graças a Deus meio *sossegado* sabe. O lugar que não é *violento*, lugar que a gente muntio ver ladrão passar por longe, bom. E graças a Deus tombem não vem em casa de paia, fazer o que? Só meter susto, bom. Então, é um lugar graças a Deus sossegado. Lugar que vejo no rádio aí muntio roubalia medonha no rádio. Ah me roubaram hoje, me roubaram hoje. Então eu acho muntio bom esse mei nosso por isso e viver de todo, acho muito bom isso. É, é aqui um

grita chega tudo, lá vai. Ninguém ver confusão. Chega tudo em dirigencia [diligência] tudo. Então eu acho que é bom aqui por isso.²⁷

As palavras “*sossegado*” e “*violento*” são articuladas por Seu Severino no intuito de estabelecer diferenças entre a tranquilidade de viver na roça e o perigo de viver na cidade. Contrastes entre os espaços: positivo e negativo. Tal compreensão advém principalmente da leitura que ele faz dos noticiários escutados através do meio de comunicação mais acessível da comunidade – o rádio. No que concerne a isso, Raymond Williams²⁸ lembra que o campo e a cidade são palavras poderosas ao considerar o que elas representam nas vivências das comunidades humanas, ressaltadas ainda para a formulação de imagens em relação a esses dois termos. Desse modo, as associações feitas por Seu Severino são de realidades antagônicas, sendo de modo específico o fator que distingue um espaço do outro é a violência. Para ele, a simplicidade das casas de taipa também contribui para o afastamento da violência, em relação aos assaltos.

Essa identidade com a comunidade em que vive e o espaço rural também está presente na narrativa de Dona Margarida:

Eu não gosto de Varzedo não, pra falar a verdade não gosto de cidade nenhuma, nem Varzedo, nem Castro Alves, cidade nenhuma. *Eu gosto da roça. Eu na cidade se tivesse morando já tinha morrido.* Eu tenho uma subrinha e fia de criação que criei com quatoze méis, ela mora em Salvador. Aí eu vou lá, chego hoje tô bem, amanhã já tô toda pra vim embora, meu pé incha duma medida porque eu não saio, só dento de casa, ela lá pra o trabaio e eu sentada. Ave Maria, aí Meu Deus do Céu... Vou ali em Casto Alves na casa da minha subrinha, avei cansa pra eu passar lá com nada um oito dia. Ah minha fia vou do dia pra outro.²⁹

“*Eu gosto da roça*”, afirmação que enuncia 76 anos vividos no espaço rural, por isso que Dona Margarida assegura: “*Eu na cidade se tivesse morando já tinha morrido*”. Assim, declara a noção de pertencimento do lugar onde vive e o afastamento da cidade. Percebe-se que a ideia da morte está atrelada o não se acostumar com a realidade da cidade, pois para Dona Margarida o seu cotidiano tem sentido na roça. Portanto, não é tão somente uma preferência de espaço, mas as representações atribuídas a cada um a partir das práticas que influem na concepção do mundo social.

Outros relatos demonstram a preferência pela roça por uma questão de sobrevivência, como é o caso do depoimento de Dona Helena: “Eu gosto daqui porque a gente planta os pezinho de mandioca da gente, ajuda fica livre de comprar farinha qualquer coisa, né isso? E lá na cidade não”.³⁰ Dessa maneira, o espaço rural para o trabalhador *arrendeiro* está

associado também ter acesso às terras arrendadas e plantar produtos de subsistência que ajudam na renda familiar, com destaque para a produção de farinha. Do mesmo modo, para Dona Estelita há uma relação muito próxima entre trabalho e espaço rural, por conta disso não se acostuma na cidade, pois suas lembranças são “*desde de pequena*”³¹ das vivências na roça. Assim, o acesso ao trabalho é outro fator que estabelece vínculos na roça e não na cidade.

Para além da identidade desses homens e mulheres pelo lugar em que vivem, é preciso pontuar também a condição de serem trabalhadores rurais “*arrendeiros*” na Fazenda Engenho Sururu. Assim enfrenta algumas dificuldades, as mais recorrentes nas narrativas são: construir e morar em casas de taipa, sendo vetada a construção de casas de alvenaria, plantar só determinados tipos de plantações, cultivar essas plantações de subsistência sem utilização do trator na aragem das terras, não trabalhar em outras fazendas, não criar bois, não abrirem estradas, não serem assistidos por serviços como luz elétrica e água encanada.

Tais aspectos são importantes no que diz respeito à compreensão de qual espaço rural está sendo analisado, a partir de quais práticas de trabalho e modos de vida, nesse caso modificados de certo modo pelo sistema de arrendamento. Segundo a antropóloga Maria José Carneiro³² o olhar histórico sobre a produção do conhecimento sobre o mundo rural se faz cada vez mais necessário para respondermos aos impasses que a complexidade da realidade tem imposto à teoria. Portanto, é necessário procurar entender campo e cidade em sua historicidade.

Neste sentido, a feira livre, a programação do rádio, a assistência à saúde e possíveis passeios nas casas dos parentes e conhecidos configuram leituras dos trabalhadores rurais sobre a cidade e o próprio campo. Essa questão é fundamental no intuito de compreender ou visualizar momentos das relações sociais cidade-campo de forma dinâmica e não espaços fechados, os quais os sujeitos não estabelecem influências.³³ As múltiplas percepções do social são constituídas a partir do conhecimento do outro, ou seja, os elementos que os diferem e os que aproximam. Logo, não é uma questão de redução de um espaço ao outro, mas na perspectiva de refletir sobre o campo e a cidade como realidades dinâmicas que se relacionam entre si, tendo em vista, relações mútuas interpretadas por conceitos que auxiliem entender determinado espaço social sem categorizá-los.

¹Viviane Andrade de Assis, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UEFS, bolsista da CAPES, vivyaneassis@hotmail.com. Sob a orientação do Professor Drº. Charles D’ Almeida Santana.

²FERREIRA, Jerusa Pires. Campo e Cidade: Uma História na voz de poetas e de seus protagonistas. In: *Projeto de História: Campo e Cidade*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Católica de São Paulo n. 0 (1981). São Paulo: EDUC, 1981.

³A palavra “arrendeiro” está em destaque, pois é o termo empregado pelos trabalhadores, por isso, escolha por este termo em respeito à variação linguística da região. No entanto, para a gramática normativa o correto é a designação rendeiro “aquele que arrenda propriedades rústicas”. Vale frisar que o termo adotado e utilizado no decorrer dos textos é “arrendeiro”.

⁴Enciclopédia dos municípios brasileiros, volume XXI no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEBA.

⁵VEIGA, José Eli. Nem tudo é urbano. *Revista Ciência e Cultura*, Vol. 56, nº 2, São Paulo, Abr./Jun. 2004, pp. 26-29.

⁶SAMPAIO, Monsenhor Gilberto Vaz. *Emancipação de Varzedo – Quatro Anos de Luta*. Gráfica Exemplar. Santo Antônio de Jesus. 2007.

⁷Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio participou de movimentos sociais na década de 1960 desenvolvendo várias ações como, por exemplo, na coordenação do JAC – Juventude Agrária Cristã no município de São Miguel das Matas, por isso passou a ser visto como comunista. Apaixonado pela educação de qualidade e acesso para todos divulgava sempre nas missas a importância desta para o homem, sendo responsável pela fundação de algumas escolas nas cidades que atuava como pároco, também lecionava nessas escolas por um determinado tempo. Hábil na oratória argumentou as vantagens da Vila de Varzedo se emancipar de Santo Antônio de Jesus, sendo idealizador e participante ativo no processo de votação. Foi um memorialista dedicado a história, em especial do Recôncavo. (faleceu com 81 anos, em 13 maio de 2008).

⁸AMORIM, Jorge. “*Entre a Serra e a Vargem – Estudo da História e das Culturas de Varzedo nos Séculos XIX e XX*”. Ed. e Gráfica Exemplar. Varzedo, 2007, p.277.

⁹Manoel José de Souza. Há relatos que era contra a emancipação do distrito, posteriormente adota a causa e se torna o primeiro prefeito da cidade de Varzedo. Assassinado em 17 maio de 1992.

¹⁰Manoel de Souza Andrade, prefeito na gestão de 2001 a 2004.

¹¹Entrevista realizada com Dalva Lemos dos Santos, 49 anos, em 10 out. 2007 na Fazenda Engenho Sururu. [grifo meu]

¹²JOUTARD, Philippe. *Reconciliar história e memória?* In: Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.14, n23, jan./jun., 2005. Tradução de Tânia Gandon.

¹³AMORIM, Jorge. “*Imaginação que deu certo*”. Processo de emancipação de Varzedo: local, região, política e criação de um município da Bahia, Brasil (1985 – 1989). (dissertação de mestrado em História Contemporânea) Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História. Lisboa-Portugal, 2009.

¹⁴JESUS, Elmo Manuel de. *Emancipação Municipal: uma estratégia para o desenvolvimento local? O caso de Varzedo/BA*. (dissertação de mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) UNEB. Santo Antônio de Jesus-BA. 2008.

¹⁵SAMPAIO, Monsenhor Gilberto Vaz. *Emancipação de Varzedo – Quatro Anos de Luta*. Gráfica Exemplar. Santo Antônio de Jesus. 2007, p.18.

¹⁶Entrevista realizada com Estelita de Jesus, 59 anos, em 25 set. 2007 na Fazenda Engenho Sururu. [grifo meu].

¹⁷THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. (trad.) S. Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹⁸Humberto Guedes de Araújo nasceu em 02/05/1907, filho de Astério Guedes de Araújo e Flora Conceição Guedes de Araújo. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, 1930, Salvador/BA. Casou-se com Carmem de Cerqueira Guedes e teve cinco filhos. Advogado em Santo Antônio de Jesus, 1930-1954. Diretor e advogado da Empresa Baiana de Água e Saneamento - Embasa. Eleito deputado estadual pelo Partido Republicano-PR, 1955-1959. Suplente de deputado estadual, PR, 1959-1963, assumiu por diversos períodos, efetivou-se em fev. 1963. Deputado estadual, PR, 1963-1967, reeleito pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1967-1971. Suplente de

deputado estadual, ARENA, 1971-1975, efetivou-se em nov. de 1974. Faleceu em 22/11/2000. Ver em: Histórico da Assembleia Legislativa da Bahia.

¹⁹Entrevista com Severino de Almeida Silva, 64 anos, em 07 jul. 2011 na Fazenda Engenho Sururu.

²⁰Entrevista realizada com Estelita de Jesus, 59 anos, em 25 set. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.

²¹Entrevista realizada com Margarida Maria de Jesus, 76 anos, 25 set. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.

²²Entrevista realizada com Helena Maria de Jesus em 10 out. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.

²³SANTANA, Charles D' Almeida. *Fartura e Ventura Camponesas: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980.* (dissertação de mestrado em História). São Paulo, PUC – SP, 1998.

²⁴Entrevista realizada com Helena Maria de Jesus e Margarida Maria de Jesus em 10 out. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.

²⁵Entrevista realizada com Margarida Maria de Jesus, 76 anos, 25 set. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.

²⁶Entrevista realizada com Martim Silva Jesus, 75 anos, em 25 set. 2007 na Fazenda Engenho Sururu (falecido em 2008).

²⁷Entrevista realizada com Severino de Almeida Silva, 60 anos, em 10 out. 2007 na Fazenda Engenho Sururu. [grifo meu]

²⁸WILLIAMS, Raymond; BRITTO, Paulo Henriques. *O campo e a cidade na historia e na literatura.* Sao Paulo: Companhia das Letras, 2011.

²⁹Entrevista realizada com Margarida Maria de Jesus, 76 anos, em 25 set. 2007 na Fazenda Engenho Sururu. [grifo meu]

³⁰Entrevista realizada com Helena Maria de Jesus, em 10 out. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.

³¹Entrevista realizada com Estelita de Jesus, 59 anos, em 25 set. 2007 na Fazenda Engenho Sururu.

³²MOREIRA, Roberto José (org); Maria José Carneiro ... [et al.]. *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 13.

³³SANTANA, Charles D' Almeida. *Linguagens Urbanas, memórias da cidade.* Vivências e imagens da Salvador de migrantes. São Paulo: Annablume, 2009.